

AS CIDADES PLANEJADAS PELA COIMBRA BUENO LTDA. NO RIO DE JANEIRO

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

PESCATORI, Carolina

Doutora; FAU-UnB
pescatori@unb.br

CARDOSO, Giovanna

Graduanda; FAU-UnB
giovannajc04@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Coimbra Bueno & Cia Ltda. foi fundada em 1934 pelos irmãos Abelardo (1911-2003) e Jeronymo (1909-1996) Coimbra Bueno, logo após ambos se formarem em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, atual UFRJ. Naturais de Rio Verde, Goiás, tiveram como primeiro grande trabalho a construção da cidade de Goiânia, sob a administração de Pedro Ludovico Teixeira, tio dos irmãos e interventor do estado goiano durante todo o Estado Novo (PESCATORI; TREVISAN, 2022). Ambos, paralelamente à empresa, tiveram ampla participação pública e política nos círculos do estado fluminense e goiano. Participavam de vários clubes com grande influência, como o Club de Engenharia (Correio da Manhã, 11/02/1943, p.3) e o Aero Club (Correio da Manhã, 10/07/1938, p.11). Jeronymo foi ainda governador de Goiás de 1947 a 1950 e anos depois, entre 1955 e 1963, ocupou o cargo de senador pelo mesmo estado.

Com sede na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, a empresa existiu por mais de sessenta anos. Mesmo que de longe o maior empreendimento de sua história tenha sido o projeto para Goiânia, a companhia lidou com os mais diversos assuntos, como a administração de fazendas, projetos de conjuntos residenciais, planos de urbanização para várias regiões do Brasil, de Curitiba à Bahia, e até com a produção de refrigerante. Também criaram uma fundação em 1937 para a mudança da

PENSAR FORA DO EIXO

capital para o planalto central, a Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil, ligada a chamada “Marcha para o Oeste” varguista. Como tinham contato próximo com o editor do Correio da Manhã, ganharam um espaço na revista semanal SINGRA – Suplemento Intergráfico, onde advogavam pela transferência da capital, usando de exemplo os casos de Goiânia e Belo Horizonte (MOREIRA et.al., 2025).

Colaboraram com arquitetos estrangeiros ilustres, como Alfred Agache (1875-1959) e Georges Candilis (1913-1995) (PESCATORI; TREVISAN, 2022). Com eles trabalharam na urbanização de Curitiba, no planejamento da região costeira entre Santos e Rio de Janeiro, e principalmente, no caso de Agache, em várias cidades fluminenses.

O presente artigo foca na atuação da incorporadora no estado do Rio de Janeiro, que como estado da capital e local de sua sede, se tratava de uma região importante. Circunscrevendo a região em que atuaram ao Rio de Janeiro, sabemos que a empresa atuou, ou pelo menos realizou estudos, nas seguintes cidades: Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos, Itaboraí, Caxambu, Parati, Petrópolis, Rio de Janeiro capital (incluindo o subúrbio de Senador Camará), São Gonçalo, Atafona e Grussaí (distritos de São João da Barra), Niterói, Macaé, Magé e Maricá. O mais amplo projeto onde os Coimbra Bueno se envolveram foi o chamado Plano Amaral Peixoto de Urbanização de Cidades Fluminenses.

Com o acúmulo de inúmeros documentos em tantos anos de existência, incluindo plantas, perspectivas, contratos, microfilmes, fotografias, negativos, mapas, levantamentos topográficos, revistas e muito mais, se construiu um amplo acervo, ainda pouco explorado e divulgado. Esse grande arquivo foi doado à Fau-UnB em 2020 em plena pandemia pela viúva e pelo filho de Abelardo, respectivamente Maria Marcina Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno Júnior. Após a formulação de um projeto de pesquisa, o acervo chegou a Brasília em 2021 (PESCATORI; TREVISAN, 2022). Se seguiu um esforço para nesse primeiro contato fazer uma limpeza e triagem básicas. Foi decidido organizar os arquivos majoritariamente pelas cidades, divididas em caixas, além de manter separada a parte burocrática. A presente pesquisa está baseada em documentos deste acervo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa compreende a urbanização do território brasileiro enquanto fruto dos esforços e interesses estatais aliados à iniciativa privada. O objetivo da pesquisa é destacar a relevância da

PENSAR FORA DO EIXO

ação empresarial no desenvolvimento urbano do Estado do Rio de Janeiro, a qual é comumente invisibilizada nos estudos de história urbana.

Procuramos descrever e detalhar a atuação da Coimbra Bueno nas cidades do Rio de Janeiro, tomando como base primária os documentos presentes no acervo Abelardo Coimbra Bueno. Utilizamos o auxílio dos periódicos publicados nos anos em que ocorreram os projetos, principalmente pela proximidade dos irmãos com esses veículos, além de bibliografia especializada sobre o tema, com foco na história do urbanismo. Esperamos situar os planos dentro da produção similar a época, e detalhar os documentos e informações sobre os projetos da Coimbra Bueno no estado do Rio de Janeiro.

3 RESULTADOS

Segundo Leme (1999), a história do urbanismo no Brasil remonta a 1895, que se inicia de forma fragmentada e localizada, com uma política de melhorias pontuais nas cidades já existentes. O foco se dava em mudanças no sistema viário, implantação de infraestrutura de saneamento e construção de ferrovias, fortemente inspiradas nas reformas de Paris e Viena no século XIX. Ainda segundo a autora, o segundo período, de 1930 a 1950, na Era Vargas:

“é marcado pela elaboração de planos que têm por objeto o conjunto da área urbana na época. Com uma visão de totalidade, são planos que propõem a articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades através de sistemas de vias e de transportes. Neste período são formuladas as primeiras propostas de zoneamento. Organizam-se os órgãos para o planejamento urbano como parte da estrutura administrativa das prefeituras das principais cidades.” (LEME, 1999, p. 25-26)

A empresa Coimbra Bueno viveu seu auge nesse período, iniciando na construção de Goiânia até a realização da maioria dos planos trabalhados neste artigo, em pleno Estado Novo, época conturbada e marcada por várias mudanças, quando o país passava por uma forte urbanização e industrialização. Uma peculiaridade do período do Estado Novo foi a utilização de interventores no lugar dos governadores, nomeados pelo poder central, intermediários entre a escala federal e a dos municípios. Os interventores tinham o dever de nomear os prefeitos (AZEVEDO, 2012). Essa foi a estratégia encontrada por Vargas para enfraquecer as oligarquias estaduais, e assim ascender uma nova elite ao poder, sempre com o discurso de contato direto entre o Estado e os municípios, tida como a célula administrativa por excelência, o que evitaria atrasos advindos da burocracia e da política dentro dos estados (FERNANDES, 2012).

Os primeiros esforços para formar um corpo técnico especializado no campo do urbanismo para atuarem na administração pública começaram nessa época, principalmente dentro dos municípios.

PENSAR FORA DO EIXO

Feldman (2012) cita duas instituições, criadas no Governo Provisório, que se consolidaram no Estado Novo: os Departamentos das Municipalidades e as Comissões de Planos.

Os Departamentos operavam com assistência técnica no auxílio de vários municípios que se formavam. Já as Comissões trabalhavam com conselhos consultivos em diversas escalas do aparelho estatal, dos estados e municípios. Estão inseridos num contexto de profunda modernização técnica e administrativa, que afetou vários campos no Brasil, não só no urbanismo. O discurso vigente era tecnocrata, pautado na construção de uma nação moderna, que, longe da democracia, seria erigida por um corpo técnico especializado supostamente apolítico, e por isso mesmo mais eficiente, por ser neutro.

De acordo com Azevedo (2012) a partir do Estado Novo “verificou-se um período de investimentos urbanos e de relações estreitas com a iniciativa privada do setor de obras públicas e da construção civil”. A economia do Rio tinha sido muito afetada pela crise de 1929, e logo depois o setor cafeeiro sofreu muito com as intervenções do governo provisório. Assim, em o governador Protógenes Guimarães foi afastado do cargo em 1937, e em seu lugar foi nomeado como interventor o almirante Ernani Amaral Peixoto, que ficou no cargo até 1945.

O principal objetivo do governo no estado era desenvolver as cidades no interior que tivessem atrativos industriais ou turísticos, além de modernizar o centro. Com isso em mente, a Secretaria de Viação e Obras Públicas dividiu o estado em duas áreas e encarregou dois escritórios de desenhar os planos, cada um com uma área. O de Atílio Correia Lima ficou com o Sul Fluminense, e previa a urbanização e remodelação da região de Barra Mansa e Vila Pinheiro, também conhecido como Plano Regional de Urbanização de Volta Redonda. Já a Coimbra Bueno ficou com o Norte Fluminense, englobando as regiões serrana e litorânea.

O Correio da Manhã (23/07/1942, pág. 9) trata do assunto, apresentando a Exposição de Urbanismo que apresentou os trabalhos do Plano Amaral Peixoto no Museu Nacional, “Niterói, Petrópolis, Campos, Maricá, Araruama, Atafona, Barra Mansa, Barra do Piraí, Cabo Frio e outras localidades fluminenses estão sendo feitos objetos de estudos [...] sob o patrocínio do Departamento das Municipalidades do Estado do Rio”. Segundo matérias a empresa dos irmãos ficou encarregada das cidades de Araruama, Cabo Frio, Campos, Petrópolis e São João da Barra.

Em 1941 a Coimbra Bueno assinou um contrato com prazo de sete meses, em que foram encarregados de fazer planos de urbanização para Araruama e para a estação balneária de Atafona, em São João Da Barra. Podemos perceber uma preocupação maior com o turismo na tarefa da Coimbra Bueno. Azevedo (2012) cita ainda os itens enumerados no contrato:

PENSAR FORA DO EIXO

“fixação de largura e caráter das vias públicas; determinação dos locais, extensão e disposição de praças, largos, jardins públicos, campos de jogos, parques, espaços livres diversos, etc.; localização das reservas - arborizadas ou não, assim como monumentos, edifícios públicos, sítios pitorescos a aproveitar, etc.; estabelecimento de intercomunicação entre os elementos principais da cidade, como o porto, estrada de ferro, aeroporto, estações rodoviárias, centros administrativos e de comércio, campos de esporte etc; previsão em linhas gerais de abastecimento d'água, serviços de esgoto e escoamento de águas pluviais; determinação de serventias higiênicas, arqueológicas e estéticas; condições de edificação, loteamentos, utilização de áreas etc.; estudo e projeto de crescimento da localidade dentro das normas técnicas” (Azevedo, 2012, p. 87).

Os planos foram entregues. Ainda segundo Azevedo (2012), algumas diretrizes foram implantadas e foi construído um Park Hotel em Araruama, mas como a ideia era realizar uma rede de hotéis-cassino, que serviriam como atrativos, a proibição dos jogos em 1945 atrapalhou os planos, assim como aconteceu com o hotel Quitandinha em Petrópolis.

Figura 1. Atafona, perspectiva praça central.



Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno, ano desconhecido.

Retornando ao país depois de uma primeira visita, quando realizou o famoso Plano Agache para a capital, Agache trabalhou em vários projetos. Alguns periódicos da época afirmam que Alfred Agache era apenas consultor da firma, mas ora o tratam como autor desses planos. Ele também atuou em conjunto com a incorporadora, nessa reconhecidamente como autor principal, no projeto para Curitiba. Não se pode dizer com clareza qual a contribuição exata de Agache nos planos.

PENSAR FORA DO EIXO

O jornal Correio da Manhã noticiou várias vezes que Agache fazia visitas técnicas para conhecer as cidades, como na edição de 03/07/1940 (p. 3): “Espera-se aqui, dentro de alguns dias, o secretario de Viação e Obras Publicas que visitará, em companhia do professor Agache e do sr. Abelardo Coimbra Bueno, a praia de Atafona.” Uma outra edição do mesmo jornal, de 27/08/1940 (p. 3), expandiu ainda a quantidade de cidades em que o francês estava envolvido: “o professor Agache está interessado na urbanização de várias cidades fluminenses, entre as quaes figuram Cabo Frio, Araruama, Angra dos Reis, Saquarema, Ataphona, Maricá, etc.” Também podemos afirmar através de jornais (Correio da Manhã, 16/01/1941, p. 12) que ele visitou Cabo Frio, Araruama e Petrópolis, a última sob convite do prefeito.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 2. Sugestão para aproveitamento das quadras centrais de Atafona



Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno, ano desconhecido.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 3. Campos, estudo de aproveitamento da Lagoa do Vigário para formação do parque principal



Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno, ano desconhecido.

Daibert (2017) afirma que em 1942 o CREA publicou um auto de infração em que acusava Agache de ter infringido o decreto nº 23.569, de 1933, que dizia que engenheiros, arquitetos e agrimensores estrangeiros, para atuarem no país, deveriam revalidar seus diplomas no país e também se registrarem no CREA das regiões em que trabalhassem. Em entrevista ao jornal O Globo, na edição de 13/05/1942 p. 3, Agache se defendeu dizendo que não era o autor do projeto para Petrópolis, e nem de nenhuma outra cidade fluminense: “Minha função se resume tão somente em ser conselheiro auxiliar junto aos escritórios técnicos dos irmãos Coimbra Bueno. Não me preocupam as confecções técnicas de planos e projetos.” Qual sua verdadeira contribuição nunca foi realmente explicada, Daibert (2017) continua e sugere que esse impasse junto ao CREA possa ter invisibilizado sua atuação em mais projetos no Brasil.

PENSAR FORA DO EIXO

Já a atividade da empresa em São Gonçalo e Senador Camará, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, até onde pudemos averiguar, se restringiu a projetos e construção de vários conjuntos residenciais.

A partir do conteúdo do acervo, é possível dizer que no final do anos 1980, os Coimbra Bueno realizaram estudos sobre o potencial turístico de Arraial do Cabo e Parati. Interessante notar que as publicações, mesmo que enfatizem a urbanização de Atafona, em São João da Barra, sempre citam o distrito de Grussaí, mas este quase não aparece no acervo. Segundo um panfleto encontrado, em Itaboraí e Magé construíram núcleos rurais. As outras cidades, como Macaé e Maricá, tiveram apenas estudos e levantamentos mínimos, e até onde se sabe, nenhum plano foi desenhado para elas.

Figura 4. Panfleto “40 anos de realizações”.



Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno, 1974.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da incorporadora, como podemos ver, foi bem ampla no estado. E junto com seu influente (e grande) esforço para a transferência da capital, é pouco discutida na historiografia nacional.

PENSAR FORA DO EIXO

A maioria dos planos nunca saiu do papel, mas é importante reconhecê-los como as primeiras tentativas desse tipo e porte no país. Sabemos de alguns poucos prédios executados pela incorporadora, como o Park Araruama Hotel e o Quitandinha hotel. Também é necessário estudar como esses projetos podem ter influenciado projetos posteriores, assim como o Plano Agache de 1930 para o Rio de Janeiro, mesmo não sendo completamente implantado, constituiu um importante capítulo da história do urbanismo brasileiro e serviu de referência para políticas urbanas, principalmente durante a gestão Dodsworth.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marlice N. S. de. **O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo** IN Rezende, Vera (org.). Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012.

AZEVEDO, Marlice N. S. de; COSTA, Milena S. **O Urbanismo do início do século XX: a Escola Francesa de Urbanismo e suas repercussões no Brasil: trajetórias de Alfred Agache e Atílio Corrêa Lima** IN Anais I Seminário Trajetórias (Biografias?): profissionais urbanistas e urbanismo no Brasil, Brasília, abril 2013.

AZEVEDO, Marlice N. S. de; COSTA, Milena S. **Agache no Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1940. Contribuições profissionais e manifestações na imprensa local.** Anais do XIV SHCU, São Carlos, 2016.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos.** IN Pinsky, Carla Bassanezi (Ed.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. **O Turismo sobre o ponto de vista urbanístico: A passagem de Alfred Agache em Petrópolis no início dos anos 1940.** Anais do XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

FERNANDES, Ana. **Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências** IN Rezende, Vera (org.). Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil, 1895 – 1965.** São Paulo: Studio Nobel, FAU/USP, FUPAM, 1999.

MACÊDO, Karla Maria; CHRISTOVÃO, João Henrique. **Planos de urbanização turística para Cabo Frio nos anos de 1940 e 1950.** Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 28, ago. 2023. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/download/75204/47596>>. Acessado em: março de 2026.



PENSAR FORA DO EIXO

MOREIRA, Ketsia et al.. A FUNDAÇÃO COIMBRA BUENO: ATUAÇÃO NA IMPRENSA PELA REVISTA SINGRA. In: Anais do 8º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte (MG), Escola de Arquitetura da UFMG, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/8arqdoc/1090162-A-FUNDACAO-COIMBRA-BUENO--ATUACAO-NA-IMPrensa-PELA-REVISTA-SINGRA>. Acesso em: 30/06/2026

PESCATORI, Carolina; TREVISAN, Ricardo. **COIMBRA BUENO E CIA. LTDA.: Nebulosas de um acervo em construção**. Anais do XVII SHCU, Belo Horizonte, 2022.